



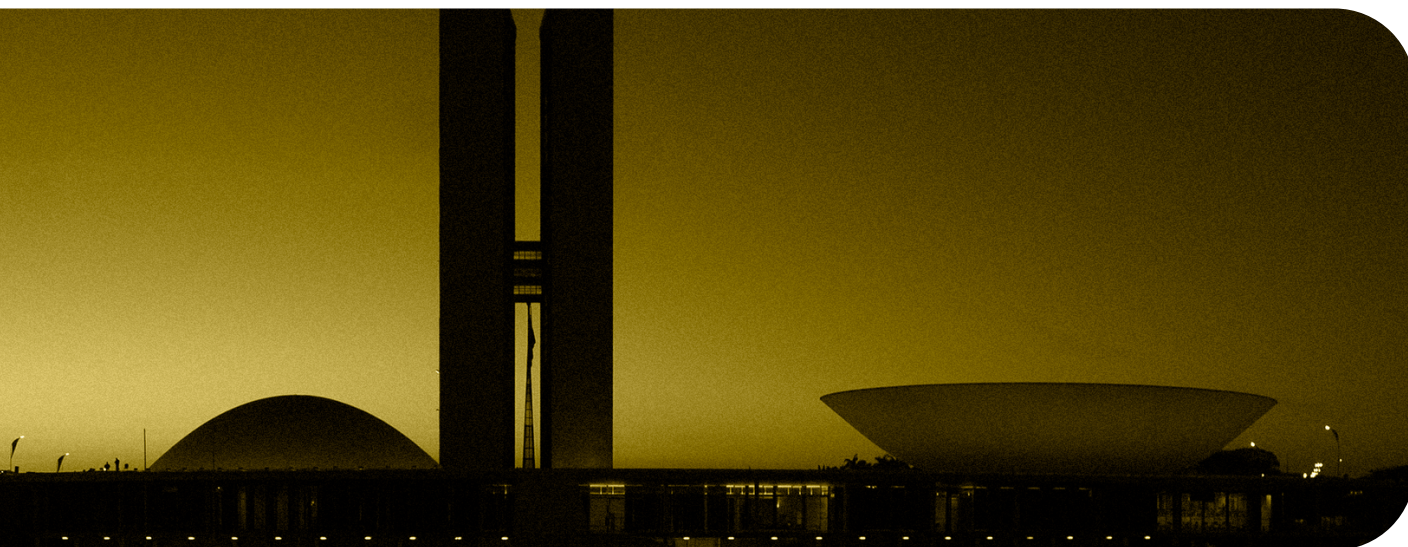
M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

Agenda Semanal

31 de agosto a 04 de
Setembro



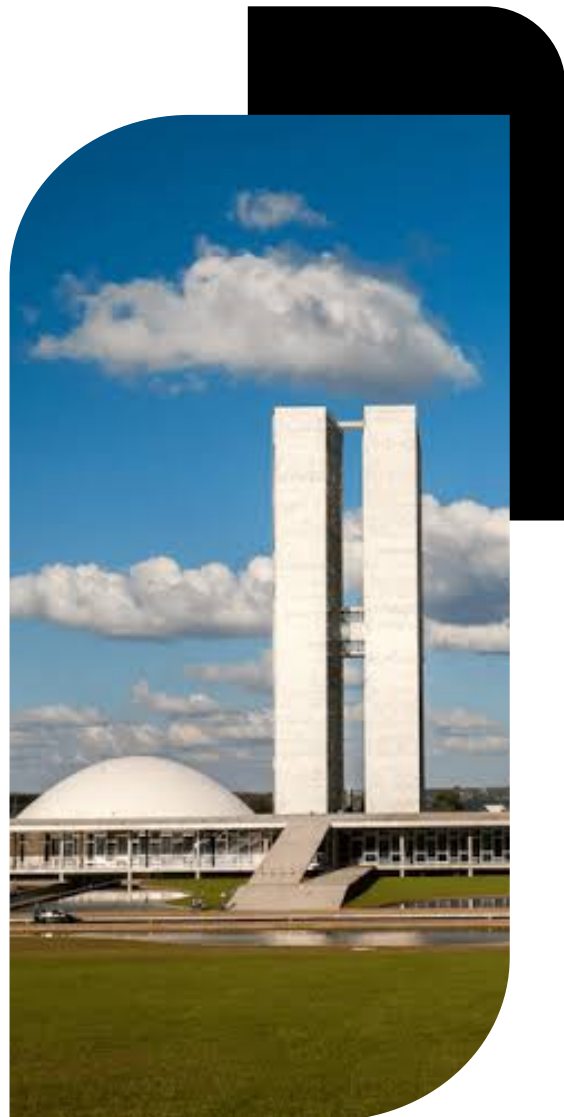
Destques
da
Semana:

Estratégia Eleitoral

PECs na CCJ

Cenário Político

A semana de 31 de agosto a 4 de setembro marca a última rodada de atividades deliberativas do Congresso Nacional antes das eleições gerais de outubro. Deputados e senadores diminuem temporariamente as agendas eleitorais nos estados para cumprir o cronograma pactuado no Palácio da Alvorada entre o presidente Lula, o presidente da Câmara, Hugo Motta, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. A principal urgência do Executivo recai sobre a aprovação da MP 1.357/2026, que extingue a cobrança de 20% sobre remessas internacionais de até 50 dólares (a MP da taxa das blusinhas). Com a relatoria da senadora Leila Barros e presidência do deputado Reginaldo Lopes, a comissão mista e as duas Casas correm contra o calendário para concluir a votação antes de 8 de setembro, afastando o risco de desgaste eleitoral para o governo.



As PECs na CCJ

No âmbito das reformas constitucionais, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado pauta para quarta-feira (2) a deliberação de duas bandeiras estratégicas do governo federal. O senador Omar Aziz apresenta parecer favorável à PEC 221/2019, que extingue a jornada 6x1 e reduz o limite semanal de trabalho para 40 horas com dois dias de descanso remunerado, rejeitando emendas para evitar o retorno da matéria à Câmara. No mesmo dia, o senador Rogério Carvalho leva a voto o relatório da PEC 18/2025 (PEC da Segurança Pública), que reforça a atuação da Polícia Federal contra o crime organizado e constitucionaliza fundos de financiamento do setor. Embora governistas pressionem por uma votação imediata também no plenário, a oposição mobiliza manobras regimentais para adiar a deliberação definitiva para o período pós-eleições.

A Pauta Econômica

Além dos debates constitucionais, o Senado Federal coloca em pauta projetos estruturantes para a atração de investimentos e inovação. Destacam-se o PL 278/2026, que institui o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), e o PL 2.780/2024, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Terras Raras com um fundo de R\$ 5 bilhões para garantir soberania em cadeias de transição energética e semicondutores. Na Câmara dos Deputados, a ordem do dia reúne 22 itens e foca em medidas provisórias essenciais, como a MP 1.366/2026, que amplia a atuação da União em fundos garantidores para micro e pequenos negócios, produtores rurais e motoristas de aplicativo, e a MP 1.360/2026, que desregulamenta exigências para atividades de motofrete e mototáxi no trânsito brasileiro.



ESTRATÉGIA ELEITORAL

Lula articula aprovação de vitrines populares enquanto oposição aposta na obstrução regimental durante o esforço concentrado

Pressionado pelo encurtamento de sua vantagem em relação a Flávio Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto e pelo desgaste provocado pelas investigações envolvendo seu filho Lulinha e o ex-chefe de gabinete Marcola, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva intensificou as negociações com a cúpula do Congresso Nacional. Após meses de distanciamento institucional, o Palácio do Planalto selou um alinhamento com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Hugo Motta, para aprovar um conjunto de medidas de alto apelo eleitoral durante a semana de esforço concentrado. A grande aposta da gestão petista é a proposta de emenda à Constituição que extingue a escala de trabalho 6x1, considerada a principal bandeira para melhorar a avaliação do governo, somada à medida provisória que revoga a taxação sobre compras internacionais de até cinquenta dólares antes de sua caducidade em setembro, além do avanço da PEC da Segurança Pública, do marco regulatório de minerais críticos e dos incentivos do plano Redata.

Em reação à ofensiva governista, a campanha de Flávio Bolsonaro mobilizou sua bancada no Senado, sob a liderança de Rogério Marinho, para neutralizar os ganhos políticos do Executivo. Diante do risco eleitoral de votar contra projetos populares a poucas semanas das eleições, a estratégia da oposição concentra-se em travar o relógio por meio de instrumentos regimentais, como apresentação de emendas e pedidos de vista, arrastando as discussões para além do calendário eleitoral. Nesse ambiente de disputa acirrada, Davi Alcolumbre atua para equilibrar compromissos com ambos os polos de olho em sua reeleição à presidência do Senado em 2027; o senador viabilizou o envio da pauta da jornada de trabalho para a Comissão de Constituição e Justiça, onde o relator Omar Aziz preservou o texto da Câmara, mas sinalizou reservadamente a aliados que não possui o compromisso de submeter a matéria à votação direta no plenário nesta semana.

SUCESSÃO NO TCU

Alcolumbre articula votação no Senado durante esforço concentrado após renúncia de Bruno Dantas



A formalização da saída do ministro Bruno Dantas do Tribunal de Contas da União (TCU), motivada por sua transição para a iniciativa privada, abriu caminho para que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, acelere a indicação do ex-presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSB-MG), para a vaga. A intenção da cúpula legislativa é deliberar sobre a indicação e concluir a votação ainda nesta semana, aproveitando o quórum e a mobilização de parlamentares em Brasília durante o esforço concentrado do Congresso Nacional. A articulação conta com o aval do MDB, legenda que bancou a entrada de Dantas no tribunal em 2014, além do apoio de bancadas como União Brasil e PSD, viabilizando uma escolha de consenso construída internamente pelos líderes do Senado.

A transferência para o TCU consolida uma saída institucional para Pacheco, que havia encerrado as especulações sobre uma candidatura ao governo de Minas Gerais e sinalizado sua retirada da vida pública eletiva ao fim do mandato de senador. O movimento ganha força após o parlamentar mineiro ter sido preterido pelo Palácio do Planalto na escolha para a vaga de Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal, episódio que desencadeou um rompimento de meses entre Alcolumbre e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Como a cadeira no órgão de controle é de prerrogativa estrita do Senado, a indicação permite contemplar o ex-presidente da Casa sem a necessidade de interferência direta do Executivo.

TENSÃO INSTITUCIONAL

Fachin e Planalto articulam diálogo para conter atrito entre Mendonça e direção da PF no caso Lulinha

Interlocutores do Palácio do Planalto e a presidência do Supremo Tribunal Federal intensificaram as articulações nos bastidores para conter a escalada da crise entre o ministro André Mendonça e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, decorrente da condução dos inquéritos que envolvem Fábio Luís Lula da Silva. Enquanto o governo tenta viabilizar um encontro presencial entre ambos a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do STF, Edson Fachin, atua junto ao Ministério da Justiça e à Advocacia-Geral

da União para apaziguar o ambiente e evitar decisões drásticas que ampliem as divisões internas no tribunal. Apesar dos esforços de mediação, Mendonça tem sinalizado resistência a uma trégua, queixando-se de atrasos e interferências nas investigações sobre as fraudes do INSS e mantendo determinações de controle sobre a equipe policial, ao passo que a cúpula da PF reafirma que atua com rigor técnico, independência e sem qualquer viés político na condução dos casos.



Wagner Ferreira -
Analista de Relações
Governamentais

Perspectiva Semanal

O Congresso Nacional inicia nesta segunda-feira (31) a sua última semana de esforço concentrado de votações antes do primeiro turno das eleições de outubro. Trata-se da janela derradeira para deputados e senadores deliberarem sobre matérias de alto impacto econômico, social e eleitoral antes de retornarem em definitivo às suas bases para a reta final da campanha. A agenda deliberativa é fruto direto do acordo político costurado entre o presidente Lula e os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, estruturado para aprovar propostas de apelo popular e destravar medidas com prazo legal de vigência prestes a expirar.

A prioridade operacional de curto prazo concentra-se na aprovação da Medida Provisória 1.357/2026, que revoga o Imposto de Importação de 20% sobre compras internacionais de até 50 dólares (a MP da taxa das blusinhas), cujo prazo de validade termina em 8 de setembro. Para evitar o retorno da taxação às vésperas do pleito, a comissão mista e os plenários da Câmara e do Senado devem atuar de forma coordenada para liquidar a fatura legislativa nos primeiros dias da semana. Em paralelo, a Câmara avalia um pacote robusto de medidas provisórias de crédito e regulação de transporte, como a MP 1.366/2026 e a MP 1.360/2026.

No Senado Federal, o foco das atenções políticas divide-se entre a votação de projetos estratégicos em plenário e a apreciação de duas emendas constitucionais decisivas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Enquanto o plenário se debruça sobre o marco tributário dos centros de processamento de dados (Redata) e a Política Nacional de Minerais Críticos, a CCJ vota na quarta-feira (2) os relatórios favoráveis da PEC do fim da escala 6x1 e da PEC da Segurança Pública. O grande teste do governo será transformar a aprovação na comissão em quórum para votar em dois turnos no plenário antes da dispersão dos parlamentares.

Avaliação Semanal do Governo



Economia

Segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV), os índices de confiança da indústria, da construção civil e do comércio registraram queda na passagem de julho para agosto. O recuo apurado na indústria foi o mais expressivo desde agosto do ano passado, enquanto o setor de serviços despontou como o único segmento econômico a apresentar expansão no período.



Social

De acordo com dados apurados pelo IBGE, a taxa de desocupação no Brasil ficou em 5,3% no trimestre móvel encerrado em julho de 2026. O resultado estabelece o menor índice de desemprego já registrado para esse período do ano desde o início da série histórica do indicador, em 2012.



Política

Após reunião com os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) articulou o destravamento de pautas prioritárias para o Palácio do Planalto. O pacote de matérias negociadas, que inclui a proposta de emenda à Constituição para o fim da escala 6x1 e a medida provisória que revoga a chamada taxa das blusinhas, tem deliberação prevista para esta semana no Congresso Nacional.

Economia

Resumo do Cenário Econômico

O Boletim Focus do Banco Central, publicado em 28 de agosto de 2026, registrou nova melhora nas estimativas de inflação de curto prazo para este ano, com a projeção do IPCA para 2026 recuando para 5,01%. Em contrapartida, a expectativa para o crescimento da atividade econômica (PIB) em 2026 sofreu nova revisão para baixo pela segunda semana consecutiva, passando de 1,95% para 1,92%, enquanto a taxa Selic (13,75% ao ano) e o câmbio (R\$ 5,20) mantiveram estabilidade. No horizonte de 2027, as pressões inflacionárias continuam a se intensificar: a projeção do IPCA subiu pela terceira semana seguida, atingindo 4,28%, enquanto as estimativas para o PIB (1,50%), a Selic (12,00%) e o dólar (R\$ 5,30) permaneceram estáveis na comparação semanal.

Indicadores Econômicos

Indicadores Econômicos 2026

- Inflação (IPCA): 5,01% ▼
- Crescimento (PIB): 1,92% ▼
- Juros (Selic): 13,75% =
- Câmbio (Dólar): R\$ 5,20 =

Indicadores Econômicos 2027

- Inflação (IPCA): 4,28% ▲
- Crescimento (PIB): 1,50% =
- Juros (Selic): 12,00% =
- Câmbio (Dólar): R\$ 5,30 =

Notícias



Lula foca em legado e Flávio em segurança para atrair eleitor nos quatro estados com mais indecisos

Em uma eleição considerada “apertada” por aliados de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), os quatro estados com maior concentração de eleitores indecisos na nova rodada da pesquisa Quast, divulgada neste mês, passaram a receber atenção especial das campanhas. No topo do ranking estão colégios eleitorais populosos e decisivos para o pleito, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, além de Rio Grande do Sul e Paraná, com uma variação entre 18% e 16% de entrevistados sem um candidato definido.



Redata volta à pauta e deve ser votado no esforço concentrado no Congresso

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), participará de uma agenda oficial junto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na cidade de Oiapoque (AP) nesta segunda-feira (17).

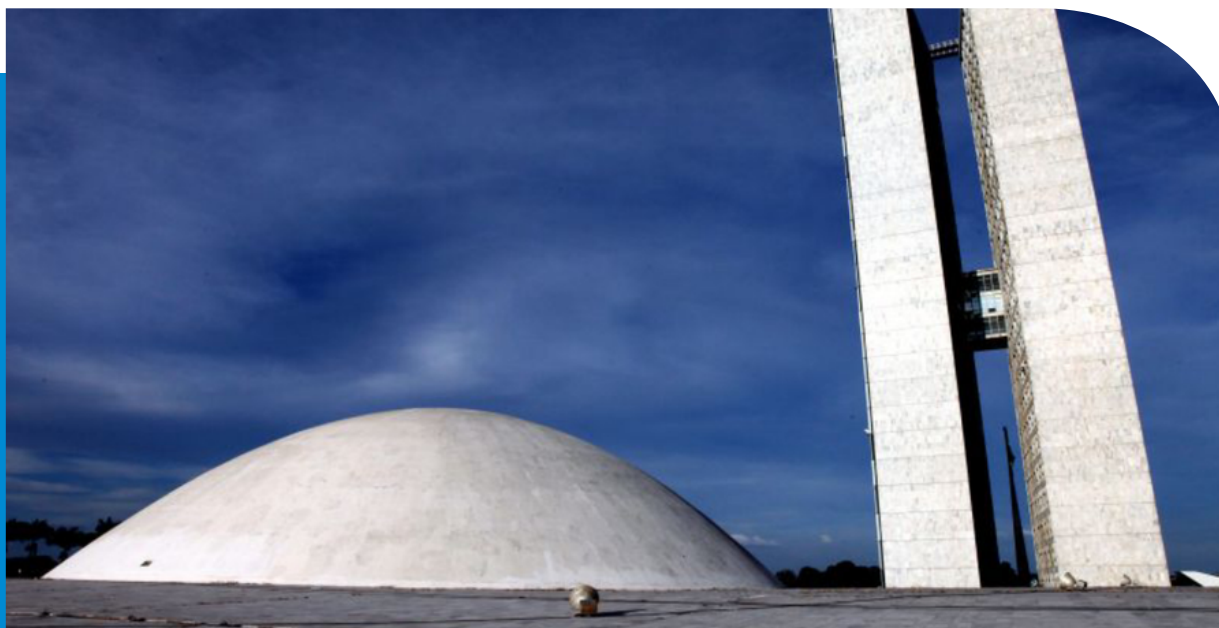
O compromisso inclui uma visita ao navio-sonda da Petrobras, que realiza atividade exploratória em águas profundas na costa do Amapá.

FOLHA DE S.PAULO

Empresários fazem doações a partidos em vez de direto a candidatos e ocultam elo eleitoral

Grandes empresários vêm doando recursos financeiros para os partidos políticos neste ano, em vez de doar às campanhas eleitorais.

A prática cria uma camada entre doador e candidato: o dinheiro não aparece diretamente na prestação de contas de quem disputa a eleição, e é identificado em um sistema separado, o das contas anuais partidárias, cuja prestação de contas é mais elástica e pode ser feita até o ano que vem.



Comissão Especial MPV 1375/2026



14h30



01/09

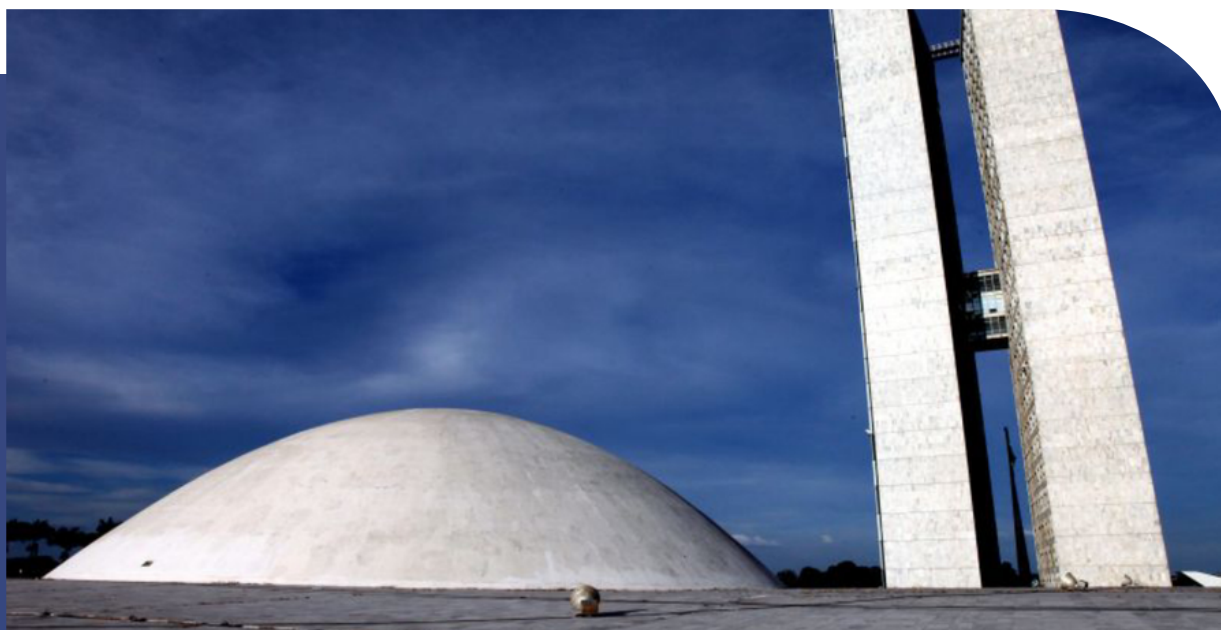


Alexandre Costa,
Plenário nº 9

MPV 1375/2026 - Adicional de fronteira a servidores que atuam em localidades estratégicas

MPV 1375/2026 - Amplia o rol de Carreiras e Planos Especiais de Cargos cujos ocupantes fazem jus à indenização de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, altera a Lei nº 15.367, de 30 de março de 2026, para admitir que as pessoas de que tratam o art. 6º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, e o art. 6º da Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017, exerçam o direito de opção de que tratam os art. 52 a art. 54 da referida Lei, e transforma cargos efetivos vagos.

Relator: Senador Eduardo Gomes (PL-T0)



Senado Federal

Comissão de Segurança Pública (CSP)



11h



01/09



Plenário nº 9

PL 5744/2023 – Agravamento de Penas para Crimes contra Integrantes da Segurança e da Advocacia Pública

PL 5744/2023 - Câmara dos Deputados - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para agravar as penas dos crimes de homicídio e de lesão corporal praticados contra autoridade ou agente de segurança pública, membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra agente de segurança privada, no exercício da atividade ou em decorrência dela.

Relator: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)

Parecer: pela aprovação.

Comissão de Constituição, Justiça... (CCJ)



11h



01/09



Plenário nº 9



PEC 18/2025 – PEC da Segurança Pública

PEC 18/2025 - Altera os arts. 5º, 15, 22, 23, 24, 40, 49, 84, 103-B, 130-A e 144 da Constituição Federal e o art.76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta os arts. 144-A e 144-B à Constituição Federal e os arts. 139, 140 e 141 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. dela.

Relator: Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

Parecer: pela aprovação e rejeição de todas as emendas



Câmara dos Deputados

Sessão Deliberativa Semipresencial



18h



31/08



Plenário

PL 1893/2026 – Negociação Coletiva e Liberdade Sindical no Serviço Público

PL 1893/2026 - Pde Executivo - Dispõe sobre a negociação das relações de trabalho no setor público e a representação sindical dos servidores e empregados públicos, e altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Relator: André Figueiredo (PDT-CE)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

Comissão de Segurança Pública...(CSPCCO)



14h



01/09



Plenário 06

REQ 339/2026 CSPCCO - Gustavo Gayer (PL-GO) - Requer a aprovação de Moção de Aplauso ao Deputado Federal General Girão pela atuação em defesa da liberdade de expressão, do direito de manifestação política e das garantias constitucionais durante abordagem realizada pela Polícia Federal em manifestação realizada em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA





FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por M&G Consultoria Política. Direitos reservados.*
